

Relatório &
Contas 2016



GLOBALEDA
GRUPO EDA

Cult.
M. J.

Índice

Acionistas.....	3
Mensagem do Conselho de Administração.....	4
Enquadramento Macroeconómico e Setorial	5
Atividade.....	8
Recursos Humanos	11
Proveitos Operacionais	13
Custos Operacionais	14
Indicadores Económico-Financeiros	15
Proposta de Aplicação de Resultados	19
Demonstrações Financeiras	20
Balanço	21
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	22
Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	23
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	24
Anexo às Demonstrações Financeiras	25
Órgãos Sociais	60

ACIONISTAS

CMh
M. J.



EDA, Electricidade dos Açores, S.A. – 74,9%



Novabase Business Solutions – 25,1%

Capital Social: 300.000 euros

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CMH
M.J.

O Plano de Negócios 2013-2018, que suportou o projeto de saneamento financeiro iniciado no final do ano de 2013, assente na recomposição dos capitais e na alavancagem do volume de negócios, através da capacitação da empresa para a prestação de serviços na área dos Sistemas de Informação, estabeleceu como meta para o ano de 2016 um Resultado Líquido de 273.965 euros, a par de uma Autonomia Financeira de 50% e uma Liquidez Geral de 159%. É neste momento de prestação de contas que se regista, com satisfação, um Resultado Líquido positivo de 505.564 euros. Em 2016, o Volume de Negócio da empresa ascendeu a 6.940 mil euros. Os indicadores de Autonomia Financeira e de Liquidez Geral no final do ano eram de 42% e de 135%, respetivamente, e o capital próprio era de 1.927 mil euros. A Globaleda atualmente ocupa 94 trabalhadores.

A Globaleda posiciona-se no mercado com uma oferta diferenciadora assente na sua dupla competência em Sistemas de Informação e Telecomunicações. Identificam-se dificuldades e constrangimentos próprios do mercado, mas essencialmente identifica-se um conjunto de oportunidades e de potencial de criação de valor que se pretende perseguir. A visão para este projeto assume a determinação da procura e avaliação permanente de novos negócios e a gestão rigorosa dos recursos disponíveis.

Aos nossos clientes afirmamos a nossa determinação em bem servir.

Aos nossos trabalhadores deixamos uma palavra de confiança e reafirmamos o compromisso da Globaleda.

A todos que conosco colaboram, aos nossos parceiros, o reconhecimento pela cooperação.

Aos nossos accionistas um agradecimento muito especial pelo acompanhamento dispensado e pela determinação de acreditar na oportunidade de gerar valor.

CU
Mg

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

De acordo com o Banco de Portugal, Boletim Económico de dezembro de 2016, a economia portuguesa para o período 2017-2019 deverá manter a trajetória de recuperação moderada. Este organismo perspetivava para 2016 que o Produto Interno Bruto (PIB) apresentaria um crescimento 1,2%, seguido de um acréscimo de 1,4%, em 2017, estabilizando o seu ritmo de crescimento em 1,5%, nos dois anos seguintes, concluindo assim que no período 2017-2019, o crescimento do PIB deveria ser próximo, embora inferior, ao projetado para a área do euro, não recuperando deste modo o diferencial negativo acumulado entre 2010 e 2013. Esta ausência de convergência real face à área do euro, ainda de acordo com o Banco de Portugal, refletiria a persistência de estrangulamentos estruturais ao crescimento da economia portuguesa, no qual assumem uma relevância especial os elevados níveis de endividamento dos setores público e privado, uma evolução demográfica desfavorável e o entendimento de ineficiências nos mercados do trabalho e do produto que requerem a continuação do processo de reformas estruturais.

O indicador da atividade económica da Região Autónoma dos Açores, em agosto de 2016, apresenta um crescimento de 1,6%. Nos últimos 3 meses, verifica-se uma tendência de melhoria generalizada, à exceção dos indicadores relativos à entrega de leite de vaca nas fábricas, que diminui 0,4%, pesca descarregada, com uma redução de 34,9%, venda de cimento com uma variação de -2,1% e leite para consumo -0,7%.

A venda de automóveis novos, o desembarque de passageiros nos aeroportos e no turismo (dormidas estabelecimentos hoteleiros) registam os maiores acréscimos nos últimos 12 meses, com taxas de crescimento de 32,5%, 23,1% e 22,5%.

A venda de cimento, relativa aos últimos 12 meses, registou um acréscimo de 5,7%, contudo apresenta uma inversão de tendência nos últimos três meses. O licenciamento de edifícios registou um acréscimo de 7,7% relativamente aos últimos 12 meses e de 8,9% nos últimos três meses.

O desemprego, embora se mantenha com taxas elevadas, tem vindo a diminuir.

Indicador	Período	Valor
Indicador Atividade Económica	agosto 2016	1,60%
Taxa de Desemprego	2º Trim16	11,00%
Taxa Média de Inflação	set/16	1,10%

Fonte: <http://estatistica.azores.gov.pt/>

Rel.
M.J.

Indicador	Período	Variações homólogas	
		últimos 3 meses	últimos 12 meses
Leite de vaca entregue nas fábricas	set/16	▼ 0,40%	▼ 0,80%
Pesca descarregada	set/16	▼ 34,90%	▼ 30,70%
Edifícios de construção licenciados	ago/16	▲ 8,90%	▲ 7,70%
Venda de cimento	set/16	▼ 2,10%	▲ 5,70%
Energia elétrica produzida	set/16	▲ 1,50%	▲ 1,30%
Abate de carne (bovinos, suínos e aves)	set/16	▲ 8,20%	▲ 11,10%
Leite para consumo	set/16	▼ 0,70%	▲ 0,20%
Turismo (dormidas estabelecimentos hoteleiros)	ago/16	▲ 11,80%	▲ 22,50%
Desembarque de passageiros nos aeroportos	out/16	▲ 18,80%	▲ 23,10%
Venda de automóveis novos	set/16	▲ 32,70%	▲ 32,50%

Fonte: <http://estatistica.azores.gov.pt/>

ENQUADRAMENTO SETORIAL

O estudo da IDC, realizado no início de 2016, onde foram inquiridas 236 organizações, revela que o processo de Transformação Digital das organizações em Portugal apresenta um nível de maturidade ligeiramente inferior aos resultados apurados para as empresas da Europa Ocidental.

De acordo com a consultora, sendo a transformação digital inevitável para a maioria das empresas, a escolha trata da opção entre acomodar e tentar aguentar as inovações, desenvolver competências de transformação digital e tornar-se um inovador, ou adotar um meio-termo e tornar-se num seguidor rápido dos inovadores. Para tal importa que as empresas se avaliem e verifiquem se têm "aquilo que é preciso" para assegurar a transformação digital. A IDC julga a maioria das organizações não conseguirá atingir a transformação digital, muitas empresas tentarão transformar-se através de uma série de iniciativas focadas em competências digitais específicas, ao passo que perdem a visão da interação e sinergias necessárias para a verdadeira Transformação Digital. As organizações que dominarem a competências de *Leadership* - Visão, liderança e investimento para a transformação; *omni-experience* - Abordagem à criação de experiências multidimensionais para o ecossistema; *Worksource* - Gestão do talento para a transformação; *Information* - utilização da informação como uma vantagem competitiva e *Operation Model* -

agilidade e eficácia do modelo operativo, serão as empresas que conseguirão integrar o processo de transformação digital.

É expectável que a entrada em pleno do Programa Operacional para os Açores (PO AÇORES 2020), programa participado pelos fundos estruturais FEDER e FSE, para o período 2014-2020, venham impulsionar o mercado regional na procura de serviços na área do TIC, até porque o programa dá grande relevância à modernização e evolução tecnologia tendo definido com objetivo temático "Melhorar o acesso às TIC" dando prioridade ao "Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciberinclusão, a cultura eletrónica e a saúde em linha", tendo por base "promover a procura e utilização em larga escala das TIC, aumentando a disponibilidade de serviços em linha e contribuindo para a generalização do acesso e da utilização intensiva das TIC por parte dos cidadãos, bem como para uma maior competitividade das empresas e eficiência das administrações públicas. Estes investimentos visam mitigar os efeitos da descontinuidade territorial e reduzir distâncias, conectando a RUP ao resto do mundo".

ell
mj

CE
M. J.

ATIVIDADE

O período económico de 2016, caracterizou-se por um decréscimo de 4,1% dos proveitos operacionais, relativamente ao valor registado no ano anterior.

Destaca-se a alteração implementada em novembro de 2015, no modelo de gestão de stocks de equipamentos móveis das lojas LVI (Lojas Vodafone Indiretas), Parque Atlântico, Vila Franca do Campo, Ribeira Grande, Madalena, Horta e Angra do Heroísmo, deixando-se, a partir dessa data, de movimentar as rubricas de Vendas e Custo das Mercadorias Vendidas, passando-se a considerar apenas a prestação do serviço de comercialização. Esta alteração justifica grande parte do decréscimo de 81,4% das vendas nas comunicações móveis (equipamentos), sendo que do ponto de vista do resultado a alteração implementada correspondeu aos objetivos traçados. Em sentido contrário, regista-se o acréscimo de 12,8% e de 19,5% das prestações de serviço e dos rendimentos suplementares nesta atividade.

As Prestações de Serviços na área de Sistemas de Informação registaram um acréscimo de 28,3%, face a 2015. Em 2016, as prestações de serviço no âmbito das Infraestruturas de Telecomunicações registam um decréscimo de 16,5%, quando comparado com o valor registado em 2015, em resultado do cronograma de execução de projetos ter tido um maior impacto nesse ano.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Est. 2016 (%)	Var. 2016/15 (%)
Móveis	3 362	2 636	2 062	1 757	1 660	1 453	989	14,3	-31,9
Vendas	1 718	1 312	961	883	950	699	130	1,9	-81,4
Comissões	1 303	1 071	898	739	517	619	698	10,1	12,8
Rendimentos Suplementares	341	253	203	135	192	135	161	2,3	19,5
Infraestruturas de Telecomunicações	2 566	1 751	1 762	2 348	1 743	3 272	2 732	39,4	-16,5
Sistemas de Informação	0	0	0	377	2 623	2 500	3 209	46,3	28,3
TOTAL	5 927	4 387	3 825	4 481	6 025	7 225	6 930	100,0	-4,1

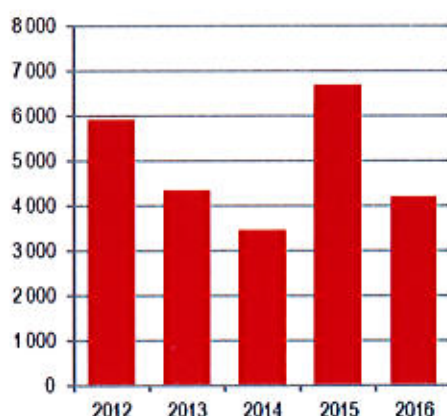
Em 2016, as prestações de serviço relativas à atividade de Comunicações Móveis registam um acréscimo de 12,8%, face a 2015.

Na comercialização de comunicações móveis verifica-se uma melhoria das taxas de adesão ao serviço celular (número de ativações). Mesmo a atividade líquida empresarial de 2016, quando comparada com o ano de 2014 e

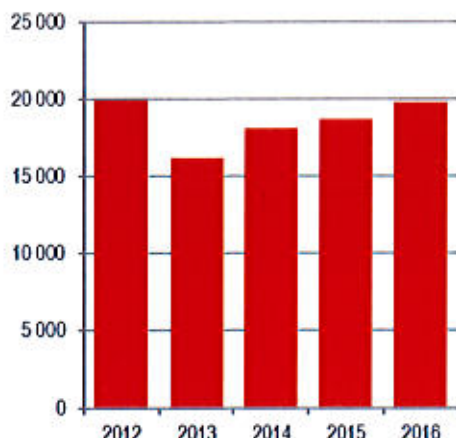
2015, neste último ano, expurgando-se uma conta cuja periodicidade influencia determinantemente a leitura dos dados, regista também uma evolução positiva.

cu
mj

Actividade Líquida Empresarial
(número de ativações)



Actividade Líquida Residencial
(número de ativações)



No segmento residencial verificou-se uma consolidação da atividade. A partir de 2013, assiste-se a um acréscimo alcançando-se praticamente os níveis registados em 2012. Não obstante o contexto económico e a forte concorrência a posição da Vodafone no mercado regional tem resistido, considerando-se que a Globaleda desempenhou um papel importante na persecução desse objetivo. A qualidade de serviço assume um valor estratégico que a empresa procura ter sempre presente. O investimento da Vodafone na remodelação das lojas e o alargamento da oferta de serviços e de produtos nas mesmas são um importante instrumento para a atividade.

Os dois segmentos de atividade continuam a sentir fortes limitações que decorrem da inexistência de oferta convergente de televisão. Os tarifários praticados são competitivos, mas são de baixo valor e, portanto, de baixo score.

Paralelamente, a Globaleda continuou com a consolidação das atividades dos Centros Técnicos Autorizados para prestação de serviços e reparação de equipamentos terminais.

A Globaleda presta serviços de Operação e Manutenção de Infraestruturas e Telecomunicações a vários operadores e grupos fechados de utilizadores, com atividade no continente e região. Neste segmento de mercado, detém uma carteira de trabalho interessante que proporciona estabilidade de negócios para o próximo ano.

As prestações de serviço de Operação e Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações compreendem as atividades de conceção, projeto, fornecimento, instalação e manutenção de infraestruturas e equipamentos de

telecomunicações e ascendem a 2.732 mil euros, verificando-se um decréscimo de 16,5%, face ao valor verificado no ano anterior, que nesse ano registou um valor muito elevado.

culh
Mj

Decorrente do processo de fusão com a Novabase Atlântico, por incorporação desta na Globaleda retomou-se a atividade na área dos Sistemas de Informação dando-se continuidade às responsabilidades contratuais dos serviços prestados pela Novabase Atlântico. Este segmento de negócio registou um forte crescimento em 2016, na ordem dos 28,3%, as prestações de serviço atingiram um valor de 3.209 mil euros.

Temos como objetivo manter e reforçar o sistema da gestão da qualidade, promovendo a eficiência da organização, desenvolvendo as competências dos trabalhadores, de forma a contribuir para a sua valorização pessoal e profissional, assegurando a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

C. M.
M. J.

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2016, a Globaleda contava com 83 trabalhadores ao seu serviço, dos quais 68 pertenciam ao quadro permanente e 13 eram trabalhadores contratados a termo. Atualmente a Globaleda tem trabalhadores nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial, e em Lisboa.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015 %
São Miguel	40	40	37	35	55	59	61	61	0
São Maria	0	0	37	0	0	1	2	1	-50
Terceira	9	9	37	8	10	10	10	9	-10
S. Jorge	2	3	37	2	2	2	2	2	0
Pico	5	4	37	4	5	5	3	3	0
Faial	2	2	37	2	3	3	3	3	0
Açores	58	58	37	51	75	80	81	79	-2,5
Lisboa	8	8	37	5	4	4	4	4	0,0
Total	66	66	74	56	79	84	85	83	1,2

A este quadro de pessoal corresponde um conjunto de competências fundamentais para o desenvolvimento das atividades da Globaleda.

Complementarmente trabalham ainda na Globaleda 11 trabalhadores da EDA, em regime de cedência. Os encargos com estes trabalhadores são registados na conta de fornecimentos e serviços externos.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015 %
Engenharia	8	8	8	8	11	12	16	11	-31,3
Técnicos de Manutenção	16	17	16	14	13	14	15	14	-6,7
Técnicos Comerciais	39	38	40	31	34	38	33	34	3,0
Técnicos SI	0	0	0	0	18	16	17	17	0,0
Administrativos	3	3	3	3	3	4	4	7	75,0
Total	66	66	67	56	79	84	85	83	-2,4

Cell
M. J.

Recursos Humanos (*)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015 %
Quadros Superiores	8	8	8	8	8	11	12	16	17	6
Quadro permanente	7	7	7	7	6	8	8	7	7	0
Contratos a termo	1	1	1	1	3	3	4	9	10	11
Quadros Técnicos	52	55	55	56	45	64	68	65	61	-6
Quadro permanente	41	40	45	45	41	55	52	51	53	4
Contratos a termo	11	15	10	11	4	9	16	14	8	-43
Administrativos e Apoio	3	3	3	3	3	4	4	4	5	25
Quadro permanente	3	3	3	3	3	4	4	4	5	25
Total Pessoal	63	66	66	67	56	79	84	85	83	-2
Quadro permanente	51	50	55	55	49	67	64	62	68	10
Contratos a termo	12	16	11	12	7	12	20	23	15	-35
Pessoal EDA - Cedido	11	10	9	9	9	12	13	12	11	-8
Total Recursos Humanos (**)	74	76	75	76	65	91	97	97	94	-3
Gastos c/Pessoal (mil euro)	1 466	1 601	1 566	1 565	1 319	1 415	1 787	1 845	1 851	0
Gastos RH / n° (euro)	29 901	24 260	23 732	23 363	23 559	17 910	21 268	21 701	22 301	3
Volume Negócios / n° Trabalhadores (euro)	81 565	77 160	79 279	57 812	58 886	49 244	62 117	64 439	73 832	15

(*) Número de trabalhadores ao serviço em 31 de Dezembro

(**) Pessoal e Trabalhadores em regime de Cessão

INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

eu
M. J.

PROVEITOS OPERACIONAIS

Os Proveitos Operacionais da empresa resultam de Vendas, de Prestações de Serviços e de Proveitos Suplementares relativos à comercialização de comunicações móveis e equipamentos, enquanto agente Vodafone e da prestação de serviços na área das Infraestruturas de Telecomunicações e de Sistemas de Informação.

Em 2016, os proveitos operacionais ascenderam a 6.930 mil euros. No período anterior foram 7.225 mil euros, o que corresponde a um decréscimo de 4,1%, em resultado da diminuição da atividade na área das Infraestruturas de Telecomunicações e da área de Comunicações Móveis.

							(mil euros)	
PROVEITOS OPERACIONAIS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Est. 2016 (%)	Var. 2016/15 (%)
Vendas	1 312	961	965	950	699	130	2	-81,4
Prestação de Serviços	2 822	2 660	3 381	4 883	6 391	6 639	96	3,9
Outros Rendimentos e Ganhos	260	206	135	192	135	161	2	19,5
TOTAL	4 394	3 828	4 481	6 025	7 225	6 930	100	-4,1

As vendas resultantes do período económico de 2016 ascenderam ao valor de 130 mil euros e consubstanciaram-se em vendas de telefones móveis celulares e acessórios. Em novembro de 2015, foi alterado o modelo de gestão de stocks de equipamentos móveis das lojas LVI (Lojas Vodafone Indiretas) no caso, Parque Atlântico, Vila Franca do Campo, Ribeira Grande, Madalena, Horta e Angra do Heroísmo passando a Vodafone a gerir diretamente os stocks. Assim, a partir dessa data, as rubricas de Vendas e Custo das Mercadorias Vendidas deixaram de registar estes movimentos, passando a Globaleda a ser remunerada por uma comissão registada agora ao nível das prestações de serviços.

As prestações de serviços totalizaram 6.639 mil euros e resultam das atividades já referidas. Face ao valor obtido em 2015, de 6.391 mil euros, regista-se um acréscimo de 3,9%.

Em 2016, a faturação relacionada com a comercialização de comunicações móveis e de equipamentos de telecomunicações representou 14,3% do total, enquanto a faturação relacionada com o projeto, instalação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações representou 39,4% do Volume de Negócios da Globaleda. A faturação associada à área dos Sistemas de Informação representou 46,3%.



CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais em 2016 ascenderam a 6.292 mil euros, no ano anterior este valor foi de 6.679 mil euros, o que corresponde a um decréscimo de 5,8%, essencialmente em resultado do novo modelo de gestão de stocks de equipamentos móveis das lojas LVI.

								(mil euros)	
CUSTOS OPERACIONAIS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Est. 2016(%)	Var. 2016/15 (%)
Custo das Mercadorias Vendidas	1 885	1 421	1 034	966	945	674	122	1,9	-81,9
Fornecimentos e Serviços Externos	2 442	1 950	1 725	2 228	2 781	3 902	4 035	64,1	3,4
Gastos com o pessoal	1 566	1 565	1 319	1 415	1 787	1 845	1 851	29,4	0,4
Amortizações	39	44	40	46	145	215	210	3,3	-2,6
Imparidades	13	33	46	7	1	28	65	1,0	133,9
Outros gastos e perdas	8	10	11	7	24	16	9	0,1	-42,1
TOTAL	5 954	5 023	4 175	4 670	5 682	6 679	6 292	100,0	-5,8

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos ascenderam a 4.035 mil euros e representaram 64,1% dos custos operacionais. Esta rubrica regista igualmente os encargos com pessoal cedido que, em 2016 totalizou 546 mil euros, menos 6,2% do que em 2015.

No final do ano a Globaleda contava com 94 trabalhadores, dos quais 68 pertencem ao quadro permanente, 15 contratados a termo e 11 cedidos pela EDA. Os gastos com pessoal ascenderam a 1.851 mil euros, mais 0,4% do que em 2015.

Em 2016, o custo das mercadorias vendidas, num total de 122 mil euros representou 1,9% do total dos custos.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis e intangíveis ascenderam ao valor de 210 mil euros.

CE
M. J

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

O resultado líquido do período de 2016 foi positivo, no valor de 505.564 euros.

(euro)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PROVEITOS E GANHOS	6 039 232	5 864 234	5 945 957	4 393 710	3 828 235	4 482 259	6 025 316	7 224 997	6 940 232
Vendas	1 973 479	1 844 733	1 718 151	1 311 680	961 436	965 493	950 108	698 966	129 576
Prestação de Serviço	3 580 063	3 629 026	3 869 449	2 821 660	2 660 452	3 381 020	4 882 771	6 391 249	6 639 419
Outros Rendimentos e Ganhos	482 279	390 434	358 357	260 370	205 678	135 746	192 437	134 735	161 000
Juros e rendimentos similares obtidos	3 391	41	0	0	669	0	0	47	0
Subsídios à exploração	0	0	0	0	0	0	0	0	10 237
CUSTOS E PERDAS	5 908 009	6 221 885	5 972 680	5 075 128	4 248 966	4 722 737	5 763 646	6 711 907	6 312 591
Custo das Mercadorias Vendidas	2 186 546	2 065 608	1 884 699	1 421 280	1 034 289	966 016	944 919	673 808	121 683
Fornecimento e Serviço Externos	2 091 564	2 378 195	2 442 042	1 949 784	1 725 336	2 228 485	2 781 382	3 901 709	4 034 538
Custos com Pessoal	1 465 862	1 601 157	1 566 262	1 565 346	1 319 285	1 414 871	1 786 535	1 844 584	1 851 365
Amortizações	110 145	96 748	39 435	43 973	39 775	46 450	144 517	215 132	209 621
Imparidades	0	37 200	12 928	33 075	45 648	7 363	1 369	27 902	65 271
Outros Gastos e Perdas	12 731	30 498	8 200	9 626	10 565	6 667	23 512	15 624	9 061
Juros e gastos similares suportados	41 161	12 479	19 094	52 044	74 068	52 875	81 313	33 147	21 072
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DE IMPOSTOS	131 223	-357 651	-26 723	-681 418	-420 731	-240 478	261 670	513 090	627 640
IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	31 215	-58 918	68 266	10 200	8 378	-178 281	62 041	77 396	122 077
RESULTADO DO EXERCÍCIO DEPOIS DE IMPOSTOS	100 007	-298 733	-94 989	-691 618	-429 109	-62 197	199 629	435 694	505 564

(euro)

BALANÇO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ATIVO NÃO CORRENTE	893 933	873 696	834 341	938 237	1 042 643	1 062 855	966 380
Ativos fixos tangíveis	890 572	872 698	834 336	749 814	728 477	838 848	891 034
Ativos intangíveis	3 156	793	0	0	165 297	108 624	51 961
Participações financeiras	205	205	5	5	5	5	5
Ativos por impostos diferidos	0	0	0	188 418	148 864	115 378	43 391
ATIVO CORRENTE	2 428 159	1 614 687	1 456 108	3 145 319	2 861 220	3 931 303	3 652 166
Inventários	292 039	177 635	107 957	129 909	109 251	24 698	16 035
Clientes	1 600 233	943 461	1 042 733	2 299 682	2 056 439	3 291 998	3 008 891
Adiantamentos a fornecedores	2 828	93 601	626	30 803	3 924	14 766	0
Estado e outros entes públicos	0	0	6 354	22 329	5 587	0	0
Outras contas a receber	367 442	367 886	288 298	375 322	453 114	512 190	548 428
Diferimentos	9 204	6 032	13 961	31 641	36 801	22 905	68 222
Ativos não correntes detidos por venda	0	0	0	160 814	0	0	0
Caixa e depósitos bancários	156 414	25 073	38 179	94 819	186 104	64 746	10 591
ATIVO	3 322 092	2 488 383	2 332 449	4 083 556	3 903 863	4 994 158	4 638 547
CAPITAL PRÓPRIO	712 297	20 678	-408 432	786 472	986 100	1 421 794	1 927 357
Capital realizado	483 125	483 125	483 125	300 000	300 000	300 000	300 000
Reservas legais	53 000	53 000	53 000	64 454	64 454	64 454	64 454
Outras reservas	323 686	323 686	323 686	500 866	500 866	500 866	500 866
Resultados transitados	-52 526	-147 514	-839 133	-15 737	-78 858	120 771	566 464
Resultado líquido do período	-94 988	-691 618	-429 110	-63 121	199 628	435 694	505 564
PASSIVO NÃO CORRENTE	0	0	0	875 893	426 914	113 795	0
Empréstimos de aconselhas	0	0	0	875 893	426 914	113 795	0
PASSIVO CORRENTE	2 609 796	2 467 705	2 740 881	2 421 191	2 490 849	3 458 569	2 711 190
Fornecedores	1 138 598	742 513	1 110 923	959 149	1 348 404	1 548 890	861 018
Estado e outros entes públicos	165 251	131 155	112 196	191 951	132 380	282 485	153 324
Acionistas/sócios	0	0	420 000	0	0	0	0
Financiamentos obtidos	970 602	1 291 712	808 340	606 643	273 979	817 097	1 191 914
Outras contas a pagar	335 345	302 325	242 231	616 057	696 131	356 685	318 421
Diferimentos	0	0	47 190	48 391	39 955	453 411	186 514
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	3 322 093	2 488 383	2 332 449	4 083 556	3 903 863	4 994 158	4 638 547

Cell
M.
P.

Cell
M. J.

Em 2013, foi desenhado o plano de recuperação assente na reorganização da atividade da empresa, tendo por objetivo o acréscimo do volume de negócios, a contenção de despesas e a recomposição societária, decisões essas indispensáveis para a reposição e reestruturação dos capitais próprios.

O saneamento financeiro consistiu na transformação de créditos dos acionistas em prestações acessórias, nos montantes de 973.540 euros e 680.644 euros na Globaleda e na sociedade incorporada, antes da fusão, para cobertura de prejuízos transitados à data de 30 de setembro de 2013, na justa proporção dos capitais detidos, e reforço de capital próprio da sociedade incorporante, seguido da redução do capital social resultante da fusão, no valor de 700.000 euros para 300.000 euros. Simultaneamente foi contemplada a transformação de créditos de curto prazo da EDA em créditos de médio prazo, remunerados, de modo a restabelecer a liquidez da empresa, no valor de 875.893 euros. No final de dezembro de 2016, o valor do empréstimo era 426.914 euros, tendo a amortização prevista para 2016 no valor de 313.119 euros sido liquidada em 3 de março de 2017.

Verifica-se a recuperação dos principais indicadores económicos e financeiros da empresa com particular ênfase para os Capitais Próprios e a consequente melhoria dos restantes indicadores, nomeadamente de solvabilidade e de liquidez, conforme se pode aferir no quadro seguinte:

(mil euros)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Volume de Negócios	4 394	3 828	4 482	6 025	7 225	6 940
Variação anual	-26%	-13%	17%	34%	20%	-4%
Custos Operacionais	5 023	4 175	4 670	5 682	6 679	6 292
Variação anual	-16%	-17%	12%	22%	18%	-6%
EBIT (Resultado Operacional)	-629	-347	-188	343	546	649
Margem	-14%	-9%	-4%	6%	8%	9%
EBITDA (EBIT + Amortizações)	-585	-307	-141	488	761	858
Margem	-13%	-8%	-3%	8%	11%	12%
Resultado Líquido	-692	-429	-62	200	436	506
Capital Social	483	483	300	300	300	300
Capitais Próprios	21	-408	786	986	1 422	1 927
Liquidez Geral (%)	65	55	130	115	114	135
Ativo Corrente/Passivo Corrente						
Autonomia Financeira (%)	1	-18	19	25	28	42
Capital Próprio/Ativo Líquido						
Solvabilidade Total (nº)	1,01	0,85	1,24	1,34	1,40	1,71
Ativo Líquido/Passivo Total						

PERSPETIVAS

Embora se possa identificar uma melhoria gradual da envolvente macroeconómica para 2017 e anos seguintes, entende-se que esta recuperação pode não assumir um significado relevante para a atividade da Globaleda, considerando-se mesmo que as dificuldades que a generalidade das empresas e famílias enfrentam traduzir-se-á em baixos níveis de consumo e de investimento. Assim, continuar-se-á a trabalhar com base num cenário moderado para que os indicadores de desempenho económico e financeiro da empresa sejam sujeitos a fatores de maior adversidade.

Ao nível da comercialização de comunicações móveis e de equipamentos e acessórios, assente no consumo residencial e empresarial mantemos prudentemente uma perspetiva de manutenção de valor gerado relativamente ao verificado no ano anterior.

Na área de telecomunicações, para além das atividades correntes de operação e manutenção ao abrigo dos contratos existentes, decorrem um conjunto de trabalhos para os setores do ambiente, transportes e energia, assim como para grupos privados de utilizadores de infraestruturas de telecomunicações.

Na área dos sistemas de informação identifica-se potencial de trabalho a desenvolver nos mercados privado e público.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a alínea j) do artigo 16.º dos estatutos da sociedade, o Conselho de Administração propõe aos senhores acionistas que o resultado líquido apurado no período, no valor de 505.563,74 euros, seja aplicado da seguinte forma:

Resultados Transitados 505.563,74 euros

Ponta Delgada, 28 de março de 2017.

O Conselho de Administração,



Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins

(Presidente)



Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz

(Administrador)



Pedro Daniel Melo Leite

(Administrador)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ch
M
J

BALANÇO


		31 de dezembro	
	Nota	2016	2015
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	891.034	838.848
Ativos intangíveis	7	51.951	108.624
Outros investimentos financeiros	8	5	5
Ativos por impostos diferidos	9	43.391	115.378
		986.380	1.062.855
Corrente			
Inventários	10	16.035	24.698
Clientes	11	3.008.891	3.291.998
Adiantamentos a fornecedores	-	-	14.766
Outras créditos a receber	13	548.428	512.190
Diferimentos	14	68.222	22.905
Caixa e depósitos bancários	4	10.591	64.746
		3.652.166	3.931.303
Total do ativo		4.638.547	4.994.158
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	15	300.000	300.000
Reservas legais	16	64.464	64.464
Outras reservas	16	500.866	500.866
Resultados transitados	16	556.464	120.770
Resultado líquido do período	-	505.564	435.694
Total do capital próprio		1.927.357	1.421.794
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	18	-	113.795
		-	113.795
Corrente			
Fornecedores	17	861.018	1.548.890
Estado e outros entes públicos	12	153.324	282.485
Financiamentos obtidos	18	1.191.914	817.098
Outras dívidas a pagar	19	318.421	356.686
Diferimentos	14	186.514	453.410
		2.711.190	3.458.569
Total do passivo		2.711.190	3.572.364
Total do capital próprio e do passivo		4.638.547	4.994.158

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Maria do Carmo Capita Marques Martins

 Paulo Alexandre Luís Botelho Moniz

 Pedro Daniel Melo Leite

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	Período	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	20	6.768.995	7.090.215
Subsídios à exploração	-	10.237	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	(121.683)	(673.808)
Fornecimentos e serviços externos	22	(4.034.538)	(3.901.709)
Gastos com o pessoal	23	(1.851.355)	(1.844.584)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	(65.271)	(27.902)
Outros rendimentos	24	161.000	134.735
Outros gastos	25	(9.051)	(15.624)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		858.333	761.323
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	6,7	(209.621)	(215.133)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		648.712	546.190
Juros e rendimentos similares obtidos	26	-	47
Juros e gastos similares suportados	26	(21.072)	(33.147)
Resultado antes de impostos		627.640	513.090
Imposto sobre o rendimento do período	27, 9	(122.077)	(77.396)
Resultado líquido do período		505.564	435.694
Resultado por ação básico		8,43	7,26

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins

 Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz

 Pedro Daniel Melo Leite

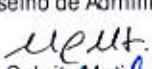

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2015	300.000	64.464	500.866	(78.858)	199.628	986.100
Alterações no período						
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	199.628	(199.628)	-
	-	-	-	199.628	(199.628)	-
Resultado líquido do período					435.694	435.694
Resultado integral					435.694	435.694
Operações com detentores de capital no período						
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-
Redução do capital e cobertura de prejuízos	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2015	300.000	64.464	500.866	120.770	435.694	1.421.794
A 1 de janeiro de 2016	300.000	64.464	500.866	120.770	435.694	1.421.794
Alterações no período						
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	435.694	(435.694)	-
	-	-	-	435.694	(435.694)	-
Resultado líquido do período					505.564	505.564
Resultado integral					505.564	505.564
Operações com detentores de capital no período						
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-
Redução do capital e cobertura de prejuízos	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2016	300.000	64.464	500.866	556.464	505.564	1.927.357

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins

 Paulo Alexandre Luís Botelho Moniz

 Pedro Daniel Melo Leite

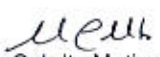


DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

		Período findo em 31 de dezembro	
	Notas	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8.257.698	7.332.040
Pagamentos a fornecedores		(5.808.622)	(4.954.498)
Pagamentos ao pessoal		(1.799.758)	(1.790.537)
Caixa gerada pelas operações		649.319	587.005
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(28.342)	(32.394)
Outros recebimentos/ pagamentos		(618.025)	(530.434)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		2.951	24.178
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(289.746)	(125.478)
Ativos intangíveis		-	(200.624)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	490
Juros e rendimentos similares		-	2.083
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(289.746)	(323.529)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4.410.000	3.234.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(4.148.979)	(3.004.000)
Juros e gastos e similares		(28.381)	(52.007)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		232.640	177.993
Variação de caixa e seus equivalentes		(54.155)	(121.358)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	64.746	186.105
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	10.591	64.746

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins

 Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz

 Pedro Daniel Melo Leite

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CMH.
Mg.

1 Introdução

A Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., (referida neste documento como Globaleda ou Empresa) foi constituída em 23 de setembro de 1997 e tem como objeto a conceção, estudo e acompanhamento de projetos na área das telecomunicações e dos sistemas de informação, bem como na comercialização de telefones móveis celulares.

A Globaleda desenvolve como atividades principais:

- i) Atividade de consultoria, desenvolvimento e operação de sistemas informáticos, designadamente prestação de serviços de consultoria, ao abrigo do contrato outsourcing EDA;
- ii) Comercialização de telemóveis e acessórios – a Globaleda é representante da Vodafone, possuindo uma rede de lojas com imagem 100% Vodafone e efetuando a promoção de produtos de propriedade da Vodafone; e
- iii) Operação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações – a Globaleda assegura a operação e manutenção de todas as redes de telecomunicações privadas da EDA e de outros operadores de telecomunicações.

A Globaleda pertence ao Grupo EDA, sendo detida em 74,9% pela Electricidade dos Açores, S.A. e em 25,1% pela Novabase Business Solutions.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2017. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Globaleda, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., pelo método da consolidação integral.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela Globaleda de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF"), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2016.

O Sistema de Normalização Contabilística sofreu em 2015 um conjunto de alterações, que têm aplicação obrigatória para os períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, que se consubstanciaram em algumas agregações e ajustamentos nas contas contabilísticas a nível das demonstrações financeiras e, também, na adoção de novas políticas contabilísticas sem qualquer efeito na reexpressão dos saldos existentes no início do período, conforme preconizado no Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho. Estas alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Globaleda.



A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Globaleda, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Globaleda e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos foram as seguintes:



CS
M.J.

Moeda	2016	2015
USD	1,0541	1,0887

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2016

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	Entre 1 a 8 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 e 16 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de



imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contábilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados, rubrica de Outros Gastos ou Outros rendimentos.

3.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Gloaleda reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A Gloaleda valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A Gloaleda não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais realizados à data do relato financeiro anual. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contábilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.



3.5. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A Globaleda classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, créditos a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Globaleda classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Globaleda avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Globaleda reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Inventários

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. Subsequentemente os inventários são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor de realização líquido. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Em 19 de novembro de 2015, foi acordado que a gestão de inventários das lojas fosse assumida diretamente pela Vodafone justificando-se a redução significativa do equipamento de propriedade da Globaleda.

3.7. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. Os ajustamentos por imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente Clientes, são constituídos tendo em conta critérios comerciais de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada período. As perdas por imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efetiva do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital realizado corresponde à diferença entre a quantia de capital estatutário da empresa e a parte não realizada pelos acionistas.

O capital estatutário da empresa corresponde às ações ordinárias emitidas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

eu
Mig

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A Globaleda classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Globaleda possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está

sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no Balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Globaleda tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Globaleda divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Globaleda detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Globaleda não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Globaleda tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

C 46
M

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.15. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.16. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Globaleda. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Globaleda; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O rédito reconhecido pela Globaleda resulta:

- i) das comissões obtidas da Vodafone decorrentes da venda de pacotes de comunicações, cartões e ativações;
- ii) da prestação de serviços de operação e manutenção de redes de telecomunicações. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento;
- iii) da prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e operações de sistemas informáticos.

3.17. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Globaleda é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.18. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.19. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Globaleda tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Dada a atividade da Globaleda e de acordo com a legislação vigente, considera-se não existir passivos ambientais relevantes a registrar nas demonstrações financeiras.

CUb
M

3.20. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Globaleda são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.20.1 Inventários

A determinação do valor de realização dos inventários implica a avaliação das tendências do mercado e da aceitação das campanhas promocionais que sejam efetuadas, bem como a monitorização da introdução de novos modelos.

3.20.2 Provisões

A Globaleda analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.20.3 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

3.20.4 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Globaleda, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

CUb



A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.21. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.



Cell
Nif

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Globaleda não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

4.2 – Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2016	2015
Caixa	142	374
Depósitos bancários	10.449	64.372
	10.591	64.746

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Como indicado na Nota 2.1 foram publicadas no presente período alterações ou interpretações efetuadas às normas existentes que, no entanto, não tiveram impacto na Empresa no período findo em 31 de dezembro de 2016.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Globaleda para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A Globaleda não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.



6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas dos Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Edifícios e					Total
	Terrenos	outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	
1 de janeiro de 2016						
Custo de aquisição	170.826	563.441	1.325.830	460.628	465.886	3.223.794
Depreciações acumuladas	-	(164.629)	(1.113.624)	(424.900)	(452.316)	(2.384.947)
Valor líquido	170.826	398.812	212.205	35.729	13.570	838.848
Movimento de 2016						
Adições	-	-	177.836	26.687	611	205.134
Alienações	-	-	(367)	-	-	(367)
Depreciação - período	-	(11.123)	(102.605)	(31.877)	(5.738)	(152.948)
Depreciação - alienações	-	-	367	-	-	367
Valor líquido	170.826	387.689	287.437	30.539	8.442	891.034
31 de dezembro de 2016						
Custo de aquisição	170.826	563.441	1.503.299	487.316	466.496	3.428.563
Depreciações acumuladas	-	(175.752)	(1.215.863)	(456.777)	(458.054)	(2.537.528)
Valor líquido	170.826	387.689	287.437	30.539	8.442	891.034

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registados em rubricas dos Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Edifícios e						
	Terrenos	outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2015							
Custo de aquisição	170.826	563.441	1.057.440	451.520	465.445	237.184	2.945.856
Depreciações acumuladas	-	(153.506)	(1.003.170)	(387.293)	(446.296)	(227.114)	(2.217.379)
Valor líquido	170.826	409.935	54.270	64.227	19.149	10.070	728.477
Movimento de 2015							
Adições	-	-	268.390	-	441	-	268.831
Alienações	-	-	-	9.108	-	-	9.108
Depreciação - período	-	(11.123)	(110.455)	(28.498)	(6.020)	(2.363)	(158.460)
Depreciação - alienações	-	-	-	(9.108)	-	-	(9.108)
Valor líquido	170.826	398.812	212.205	35.729	13.570	7.707	838.848
31 de dezembro de 2015							
Custo de aquisição	170.826	563.441	1.325.830	460.628	465.886	237.182	3.223.794
Depreciações acumuladas	-	(164.629)	(1.113.624)	(424.900)	(452.316)	(229.477)	(2.384.947)
Valor líquido	170.826	398.812	212.205	35.729	13.570	7.707	838.848




As principais aquisições registadas em Equipamento básico foram realizadas no âmbito do contrato de prestação de serviços de outsourcing com o acionista EDA, S.A., sendo que em 2015 se incluem os ativos que se encontravam na posse do anterior prestador destes serviços, no montante de 158.864 euros.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7 Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela Globaleda referem-se a programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	2016	2015
A 1 de janeiro		
Custo de aquisição	178.278	178.278
Amortizações acumuladas	(69.654)	(12.981)
Valor líquido	108.624	165.297
Adições	-	-
Amortização - período	(56.673)	(56.673)
Valor líquido	51.951	108.624
31 de dezembro		
Custo de aquisição	178.278	178.278
Amortizações acumuladas	(126.327)	(69.654)
Valor líquido	51.951	108.624

8 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa e apresenta a seguinte decomposição:

	% detida	2016	2015
ONIAÇORES	0,002	5	5
		5	5
Imparidade		-	-
		-	-
		5	5

9 Ativos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	2016	2015
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(71.987)	(33.486)
	(71.987)	(33.486)

O movimento ocorrido na rubrica de Ativos por impostos diferidos, que se refere à imparidade de clientes não aceite fiscalmente e prejuízos fiscais reportáveis, resume-se como segue:

	Prejuízos fiscais	Provisões não aceites	Total
A 1 de janeiro de 2015	148.864	-	148.864
Constituição por resultados	-	5.478	5.478
Reversão por resultados	(38.964)	-	(38.964)
Movimento do período	(38.964)	5.478	(33.486)
A 31 de dezembro de 2015	109.900	5.478	115.378

	Prejuízos fiscais	Provisões não aceites	Total
A 1 de janeiro de 2016	109.900	5.478	115.378
Constituição/reversão por capital	-	-	-
Constituição por resultados	-	11.949	11.949
Reversão por resultados	(82.870)	(1.066)	(83.935)
Movimento do período	(82.870)	10.883	(71.987)
A 31 de dezembro de 2016	27.030	16.361	43.391

O montante de prejuízos fiscais acumulados que se encontram em situação de imparidade pode ser decomposto como segue:

	2016	2015
Prejuízos fiscais reportáveis:		
- ano 2012	-	420.716
- ano 2013	160.891	233.448
	160.891	654.164

O montante acima discriminado não inclui os prejuízos fiscais reportáveis da empresa incorporada que perfazem o montante de 407.234 euros (2015: 407.234 euros), para os quais foi solicitado a respetiva dedutibilidade fiscal às autoridades fiscais nos termos do artigo 75º do IRC, dos quais poderão ainda ser utilizados os seguintes:

		<u>Ano de caducidade</u>
Prejuízos fiscais reportáveis:		
- ano 2012	273.648	2017
- ano 2013	133.586	2018
	<u>407.234</u>	

A dedução a efetuar em cada um dos períodos não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, não ficando prejudicada a dedução até ao final do período de reporte.

A Administração aprovou um plano de negócios na sequência do processo de fusão em que estima que parte dos prejuízos fiscais reportáveis da sociedade incorporante podem ser recuperados durante o período da sua vigência. No cálculo dos ativos por impostos diferidos não foram incluídos os prejuízos fiscais da sociedade incorporada reportáveis por estarem condicionados na sua transmissibilidade.

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Telemóveis	17.103	24.606
Acessórios	6.400	6.683
Equipamento informático	2.326	3.203
Equipamentos rádio	2.381	2.381
	<u>28.210</u>	<u>36.873</u>
Imparidade de inventários	(12.175)	(12.175)
	<u>16.035</u>	<u>24.698</u>

O custo dos inventários reconhecidos em 2016 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 121.683 euros (2015: 673.808 euros).

Em 19 de novembro de 2015, foi acordado que a gestão de inventários das lojas fosse assumida diretamente pela Vodafone justificando-se a redução significativa do equipamento de propriedade da Globaleda.

Imparidade de inventários

	2016	2015
A 1 de janeiro	12.175	18.421
Utilização do ano	-	(6.246)
A 31 de dezembro	12.175	12.175

11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

	2016	2015
	Corrente	Corrente
Clientes - grupo i)	758.347	505.318
Clientes - outros ii)	2.333.149	2.804.013
Clientes de cobrança duvidosa	141.934	141.934
	3.233.429	3.451.265
Imparidade de clientes	(224.539)	(159.267)
	3.008.891	3.291.998

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se essencialmente aos saldos do grupo a receber por conta dos serviços prestados no âmbito da manutenção da rede de rádio móvel e serviços outsourcing (Nota 31);

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes das prestações de serviços de telecomunicações e sistemas de informação.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor, sendo de natureza corrente pelo facto de se esperar que os saldos sejam realizados num período inferior a 12 meses.

Para os saldos que apresentam dificuldades de recuperação foram consideradas imparidades cujo saldo resulta do seguinte movimento:

	2016	2015
A 1 de janeiro	159.267	131.365
Reforço do ano	72.037	29.630
Utilização do ano	-	-
Reversões	(6.766)	(1.727)
A 31 de dezembro	224.539	159.267

12 Estado e outros entes públicos

No período findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2016		2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre rendimento - IRC	-	24.020	-	6.630
Impostos sobre rendimento - IRS	-	15.400	-	24.829
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	-	76.215	-	206.938
Contribuições para segurança social	-	37.688	-	44.088
	-	153.324	-	282.485

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2016	2015
Pagamentos por conta	26.070	14.763
Pagamentos especiais por conta	-	22.508
Retenções na fonte	-	9
Estimativa de IRC	(50.090)	(43.910)
	(24.020)	(6.630)

Em 31 de dezembro de 2015, a caducidade do pagamento especial por conta que foi integralmente utilizado neste período era a seguinte:

	2016	2015	Caducidade
2013	-	4.825	2017
2014	-	7.710	2020
2015	-	9.973	2021
	-	22.508	

cu
M.

13 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

	2016	2015
	Corrente	Corrente
Outros devedores		
Outros devedores	34.375	35.702
Imparidade de Outros devedores	(23.765)	(23.765)
	10.610	11.937
Pessoal	-	-
Adiantamentos a fornecedores	9.140	-
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Prestações de serviços	463.635	431.729
Comissões	65.043	68.524
	528.678	500.253
	548.428	512.190

Os valores constantes da rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos referem-se essencialmente a serviços prestados pela Empresa ao acionista Electricidade dos Açores referentes à estimativa dos serviços relativos ao projeto de outsourcing nos meses de novembro e dezembro no valor de 304.418 euros (2015: 141.261 euros), bem como 65.043 euros (2015: 68.524 euros) a receber da VODAFONE referente a comissões.

A Imparidade constituída em Outros devedores, refere-se a um adiantamento efetuado a um despachante oficial por conta de um despacho de material a ser desalfandegado. Esta situação corre seus trâmites em contencioso.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

14 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Globaleda tem registado na rubrica de Diferimentos os seguintes saldos:

	2016	2015
Custos diferidos de serviços a prestar	60.424	12.729
Seguros	7.797	10.176
	68.222	22.905

	2016	2015
Serviços a concluir já faturados	186.514	453.410
	186.514	453.410



Os gastos a reconhecer referem-se a serviços contratados, pagos antecipadamente, como seja o caso dos prémios de seguro e outros gastos associados a serviços a prestar, cuja prestação apenas ocorrerá em períodos subsequentes.

Os rendimentos a reconhecer referem-se a projetos a faturados no período e a concluir em períodos futuros.

15 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social da Globaleda, no montante de 300.000 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 60.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

	% detida	Número de ações	Capital Social
Electricidade dos Açores	74,9	44.940	224.700
Novabase Business Solutions	25,1	15.060	75.300
	100	60.000	300.000

16 Reservas legais e resultados acumulados

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estas rubricas registaram os seguintes movimentos:

	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados
1 de janeiro de 2015	64.464	500.866	(78.858)
Aplicação do resultado do exercício	-	-	199.628
Incorporação em aumento de capital	-	-	-
Distribuição	-	-	-
31 de dezembro de 2015	64.464	500.866	120.770
Aplicação do resultado do exercício	-	-	435.694
Cobertura de prejuízos	-	-	-
Redução de capital	-	-	-
31 de dezembro de 2016	64.464	500.866	556.464

As Reservas legais, que ascendem a 64.464 euros, só podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

As Outras reservas, que ascendem a 500.866 euros, são compostas por reservas livres resultantes da aplicação de resultados não distribuídos, as quais são distribuíveis aos acionistas, desde que a empresa não tenha prejuízos acumulados de anos anteriores.

De acordo com deliberação da Assembleia Geral de 24 de março de 2016, o resultado líquido, no montante de 435.694 euros, manteve-se em resultados transitados.



17 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	2016	2015
	Corrente	Corrente
Fornecedores - grupo	300.127	220.652
Fornecedores - terceiros	560.890	1.328.238
	861.018	1.548.890

O saldo a pagar aos fornecedores - grupo decorre essencialmente da prestação de serviços das áreas administrativas e da cedência de pessoal (Nota 31).

O saldo a pagar aos fornecedores - terceiros é justificado na sua maioria pela atividade de comercialização de telefones móveis celulares (Vodafone) assim como diversos prestadores de serviços relativos aos projetos em desenvolvimento pela Empresa na área de infraestruturas de rádio, telecomunicações e sistemas de informação.

18 Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe dos empréstimos bancários, quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	765.000	-	765.000	230.000	-	230.000
Empréstimos do acionista	426.914	-	426.914	587.098	113.795	700.893
	1.191.914	-	1.191.914	817.098	113.795	930.893

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

A linha de crédito com renovação trimestral, de forma automática, tem um plafond global de 1.000.000 euros que vence juros que vence juros à taxa Euribor 3M acrescida de um spread de 1%.

O empréstimo remunerado do acionista EDA, S.A. vence juros à taxa anual Euribor 6M acrescida de uma margem de 1,59%, tem um prazo de reembolso que dependerá dos meios libertos operacionais que se estimam na seguinte base:





Plano de amortização	2016	2015
2015	-	273.979
2016	-	313.119
2017	426.914	113.795
	426.914	700.893

A prestação vencida em 2015 foi liquidada em fevereiro de 2016, enquanto que a que se vence no período será liquidada em 2017, pelo que o empréstimo se encontra classificado como corrente.

19 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe da rubrica de Outras Dívidas a Pagar é como segue:

	2016	2015
	Corrente	Corrente
Fornecedores		
Fornec. investimentos - grupo	637	1.274
Fornec. investimentos - outros	7.243	43.954
	7.880	45.228
Outros credores		
Credores diversos	16.854	16.460
Pessoal	1.454	1.831
Juros a pagar - especialização	471	185
	18.779	18.476
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	215.257	210.726
Outros acréscimos de gastos i)	76.505	82.256
	291.762	292.982
	318.421	356.686

i) A rubrica de outros acréscimos de gastos refere-se essencialmente a despesas de informática com o acionista Electricidade dos Açores no montante de 23.673 euros (2015: 15.742 euros) e a serviços prestados relativos ao projeto ARIBA no montante de 26.957 euros.

20 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:



	2016	2015
Vendas de produtos		
Equipamentos de telecomunicações	108.707	608.459
Acessórios	20.869	90.507
	129.576	698.966
Serviços prestados		
Sistemas de informação	3.208.991	2.500.483
Manutenção de infraestruturas de telecomunicações	2.729.236	3.224.248
Comissões Vodafone	698.110	618.904
Instalação de redes telecomunicações	3.083	47.614
	6.639.419	6.391.249
	6.768.995	7.090.215

Os serviços prestados no âmbito do processo de outsourcing contratualizado com o acionista EDA e faturado à Novabase dos sistemas de informação perfazem a quantia de 1.643.723 euros (2015: 1.693.291 euros).

21 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 demonstra-se como segue:

	2016	2015
Inventários iniciais	36.873	127.672
Compras	114.275	589.252
Regularização de inventários	(1.256)	(6.243)
Inventários finais	(28.210)	(36.873)
	121.683	673.808

22 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

cus.
M.

		2016	2015
Subcontratos	i)	3.275.394	3.136.478
Rendas e alugueres	ii)	177.485	184.647
Trabalhos especializados	iii)	151.783	148.513
Conservação e reparação		57.547	38.447
Transporte de mercadorias		55.835	40.012
Honorários		55.584	28.001
Comunicações		55.152	83.268
Deslocações e estadas		48.244	33.102
Combustíveis		35.067	44.564
Ferramentas e utensílios		28.992	33.490
Limpeza, higiene e conforto		20.508	20.234
Outros (inferiores a 20.000 euros)		72.944	110.953
		4.034.538	3.901.709

i) A rubrica de Subcontratos refere-se essencialmente à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução de projetos, salientando-se o contrato de Outsourcing com a EDA, no qual a Globaleda está subcontratada pela Novabase, empresa a quem o referido contrato está adjudicado, no valor de 352.930 euros (2015: 420.393 euros), bem como a cedência de pessoal da EDA no montante de 546.403 euros (2015: 582.628 euros);

ii) Rendas e alugueres: respeito ao aluguer das lojas comerciais fidelizadas à imagem Vodafone e à renda do edifício dos serviços administrativos e de apoio;

iii) Os trabalhos especializados incluem maioritariamente os serviços de informática no montante de 92.880 euros (2015: 82.115 euros), os honorários para a revisão legal das contas e auditoria e serviços de apoio das áreas administrativas prestados pelo acionista EDA no montante de 22.433 euros (2015: 22.572 euros).



OK
M. J.

23 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos durante o período de 2016 e 2015 foram como segue:

	2016	2015
Remunerações		
Orgãos sociais	154.401	165.975
Pessoal	1.337.405	1.320.047
	1.491.805	1.486.022
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	337.296	339.187
Gastos de ação social	20.480	17.812
Indemnizações	247	-
Outros	1.527	1.563
	359.550	358.562
	1.851.355	1.844.584

O número médio de empregados da Empresa em 2016 foi de 84 (2015: 85).

24 Outros Rendimentos

A rubrica de Outros Rendimentos pode ser apresentada como segue:

	2016	2015
Rendimentos suplementares	139.433	133.537
Correções relativas a períodos anteriores	6.524	-
Indemnizações seguradoras	6.421	-
Ganhos na alienação de outros ativos	343	415
Excesso de estimativa para impostos	4.357	-
Outros	3.921	783
	161.000	134.735

i) A rubrica de Rendimentos Suplementares inclui os créditos efetuados pela Vodafone relativos ao diferencial dos telemóveis do setor empresarial, o complemento das campanhas publicitárias efetuadas pela Globaleda no apoio à comercialização dos produtos Vodafone e a comparticipação atribuída ao valor das rendas suportadas pela Globaleda nas lojas comerciais fidelizadas à imagem da Vodafone.



CMR
M. J.

25 Outros Gastos

O detalhe da rubrica de Outros Gastos é apresentado no quadro seguinte:

	2016	2015
Impostos	4.459	8.062
Quotizações	3.491	1.114
Diferenças cambiais desfavoráveis	769	2.992
Insuficiência da estimativa para impostos	-	710
Outros	332	2.745
	9.051	15.624

26 Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	2016	2015
Juros e gastos similares		
Juros pagos	12.704	24.703
Outros gastos e perdas financeiros	8.368	8.444
	21.072	33.147
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	-	47
	-	47

i) Os juros pagos incluem o valor de 7.804 euros (2015: 20.365 euros), referentes aos empréstimos contraídos pela Globaleda para o financiamento das suas atividades, designadamente através do acionista EDA, S.A..

27 Imposto Sobre o Rendimento

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2016	2015
Imposto sobre o rendimento corrente	50.090	43.910
Imposto sobre o rendimento diferido	71.987	33.486
	122.077	77.396

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de 20,5%, exceto sobre os prejuízos fiscais que se aplica a taxa de 16,8%.

A reconciliação do montante de imposto sobre o rendimento é conforme segue:



CU
Mj

	2016	2015
Resultado antes de Imposto	627.640	513.090
Taxa de Imposto	16,8%	16,8%
	105.444	86.199
Custos não dedutíveis	12.941	5.300
Registo de prejuízos de anos anteriores sem ID	(82.870)	(60.339)
Tributação autónoma e derrama	14.574	12.750
Imposto diferido	71.987	33.486
	122.077	77.396
	122.077	77.396
Imposto sobre o rendimento corrente	50.090	43.910
Imposto sobre o rendimento diferido	71.987	33.486
Imposto sobre o rendimento	122.077	77.396
Taxa efetiva de imposto	19,5%	15,1%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2016	2015
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
	18,30%	18,30%

28 Dividendos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve distribuição de dividendos.

[Handwritten signature]

Chl
Nij

29 Contingências

A Globaleda tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2016	2015
Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores	Caucionar o adiantamento de 30% do contrato de aquisição dos serviços necessários à implementação da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência do S.R.P.C.B.A.	2015	554.490	554.490
Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores	Aquisição de serviços necessários à implementação da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência do S.R.P.C.B.A.	2015	36.966	36.966
Marques, SA	Empreitada de construção da 2ª Fase do Parque Tecnológico de S. Miguel - "NONAGON" - Lote 36 e Parque de Estacionamento	2015	3.668	3.668
Somague Editor, SA	Empreitada de construção da 2ª Fase do Parque Tecnológico de S. Miguel - "NONAGON" - Lote 36 e Parque de Estacionamento	2015	3.668	3.668
Tecnova, SA	Empreitada de construção da 2ª Fase do Parque Tecnológico de S. Miguel - "NONAGON" - Lote 36 e Parque de Estacionamento	2015	1.834	1.834
Direção Regional do Ambiente	Execução Rede Monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas do Grupo Central e Ocidental	2014	9.074	9.074
Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	Aquisição e implementação do sistema de gestão da rede de abastecimento da água do concelho de Angra do Heroísmo	2014	1.668	3.336
Município de Sousel	Fornecimento, montagem e colocação em funcionamento do equipamento de abastecimento de água e sistema de tele-gestão	2011	6.570	6.570
Direção Regional Ordenamento Território e Recursos Hídricos	Contrato de monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas São Miguel e Santa Maria	2008	9.229	9.229
MOTOROLA Portugal	Caução para prestação de serviços	2008	5.000	5.000
Escola Secundária da Ribeira Grande	Fornecimento e instalação de diverso equipamento de informática para a rede informática da escola secundária da Ribeira Grande	2007	4.944	4.944
Escola Básica Integrada Lagoa	Fornecimento e instalação de rede estruturada	2007	2.187	2.187
MOTOROLA Espanha	Caução para prestação de serviços	2003	5.000	5.000
			644.300	645.968

Passivos contingentes

Chl



Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Globaleda não tinha identificado passivos contingentes.

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Globaleda não tinha identificado quaisquer ativos contingentes.

30 Matérias Ambientais

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Globaleda, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de caráter ambiental.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção do Conselho de Administração que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Sociedade.

31 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Globaleda é controlada pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. que detém 74,9% do capital da empresa. Os restantes 25,1% são detidos pela Novabase Business Solutions.

31.1. Remuneração do Conselho de Administração

Os Órgãos de Gestão da Globaleda foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2016	2015
Remunerações (Nota 23)	154.401	165.975
	154.401	165.975

Os membros dos Órgãos de Gestão da Globaleda não realizaram qualquer tipo de contrato com a empresa para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:

	2016	2015
Fiscal Único	7.500	7.500
	7.500	7.500



CU
Mj

31.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

Electricidade dos Açores, S.A.
 Novabase Business Solutions

Partes relacionadas por via de Acionistas:

EDA Renováveis, S.A.
 SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.
 ONIAÇORES – Infocomunicações, S.A.
 NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.
 NOVABASE IMS - Infrastructures & Managed Services S.A.
 NOVABASE, SGPS, S.A - Novabase Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
 INSCO - Insular de Hipermercados, S.A.
 BENCOM - Armazenagem e Comércio de Combustíveis, S.A.
 J.H.Ornelas & Cª.Suc., Lda.
 Varela & Cª., Lda.
 Farias, Lda.
 Rotapico Logística e Transportes, Lda.
 BENTRANS - Carga e Transitários, S.A.
 BENSITUR - Sociedade Açoriana de Investimentos Turísticos, Lda.
 CONTROLAUTO-AÇORES – Controlo Técnico de Automóveis, S.A.

(b) transações e saldos pendentes

i) Acionistas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Globaleda efetuou as seguintes transações com os seus acionistas:

Vendas de produtos e serviços

	2016	2015
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	1.228.722	888.567
Novabase Business Solutions	1.643.723	1.693.291
	2.872.445	2.581.858

Compras de produtos e serviços

	2016	2015
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	662.851	710.250
Novabase Business Solutions	378.017	177.234
	1.040.868	887.484



Juros e gastos similares

	2016	2015
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	7.804	20.365
	7.804	20.365

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:

	2016	2015
Saldos devedores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	366.734	129.013
Novabase Business Solutions	371.275	343.251
	738.009	472.264

	2016	2015
Saldos credores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	80.789	94.183
Novabase Business Solutions	127.129	37.645
	207.917	131.828

	2016	2015
Empréstimo		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	426.914	700.893
	426.914	700.893

Valor do empréstimo concedido pelo acionista EDA como referido na Nota 18.

ii) Partes relacionadas por via de acionistas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Globaleda efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:




CM
M.
d

Vendas de produtos e serviços

	2016	2015
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	16.700	9.548
NOVABASE IMS - Infrastructures & Managed Services S.A.	8.075	8.354
ONIAÇORES – Infocomunicações, S.A.	3.672	29.016
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	1.260	8.799
BENCOM - Armazenagem e Comércio de Combustíveis, S.A.	600	-
EDARenováveis, S.A.	-	3.753
CONTROLAUTO-AÇORES – Controlo Técnico de Automóveis, S.A.	-	130
	30.307	59.600

Compras de produtos e serviços

	2016	2015
J.H.Ornelas & Cª.Suc., Lda.	184.325	159.476
NOVABASE IMS - Infrastructures & Managed Services S.A.	103.341	21.390
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	14.588	1.880
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	12.019	11.268
INSCO - Insular de Hipermercados, S.A.	7.064	6.505
Varela & Cª., Lda.	134	622
CONTROLAUTO-AÇORES – Controlo Técnico de Automóveis, S.A.	54	27
	321.526	201.167

Q

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

	2016	2015
Saldos devedores		
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	7.368	7.024
EDA Renováveis, S.A.	6.597	670
NOVABASE IMS - Infrastructures & Managed Services S.A.	4.248	1.092
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	780	10.383
BENCOM - Armazenagem e Comércio de Combustíveis, S.A.	708	-
INSCO - Insular de Hipermercados, S.A.	637	-
ONIAÇORES – Infocomunicações, S.A.	-	13.885
	20.338	33.054
Saldos credores		
J.H.Ornelas & Cª.Suc., Lda.	36.768	35.615
NOVABASE IMS - Infrastructures & Managed Services S.A.	34.615	47.914
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	10.932	2.218
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	9.885	2.908
Varela & Cª., Lda.	11	169
INSCO - Insular de Hipermercados, S.A.	-	1.274
	92.210	90.099

32 Disposições legais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

33 Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins

Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz

Pedro Daniel Melo Leite

INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS - EMPRESAS DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL

A GLOBALEDA é uma empresa pública que integra o sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008 /A, de 24 de março. De acordo com o art.º 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que de seguida se explicitam.

CM
mj

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Relativamente ao ano de 2016 não foi emanada qualquer Resolução do Governo Regional nos termos do n.º 2 do art.º 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março. As orientações estratégicas aplicáveis à GLOBALEDA estão vertidas nas propostas de Plano Plurianual e do Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. No que respeita ao ano de 2016, a Proposta de Plano Plurianual e do Orçamento para 2016 foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 12 de janeiro de 2016, encontrando-se o referido documento publicado no site da empresa em www.globaleda.pt na seção Relatórios.

A ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O Governo Societário da empresa, de acordo com n.º 1 do art.º 7.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único. Os Órgãos Sociais para o triénio 2015/2017 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 14 agosto de 2015. Em 12 de janeiro de 2016, a Assembleia Geral, face à renúncia do senhor Eng. Paulo Meneses ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, procedeu à sua substituição, tendo sido eleita Presidente do Conselho de Administração a senhora Dr.ª Maria do Carmo Cabrita M. Marques Martins. Foi igualmente ratificada nessa reunião da Assembleia Geral a cooptação para o cargo de Administrador o senhor Dr. Pedro Daniel Melo Leite.

A composição dos Órgãos Sociais durante o ano de 2016 foi a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr.ª Maria do Carmo C. M. Marques Martins (a partir de 12 de janeiro de 2016)

Administrador: Eng. Paulo Alexandre Luís Botelho Moniz

Administrador: Dr. Pedro Daniel Melo Leite (a partir de 12 de janeiro de 2016)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Eng.ª Maria del Carmen Gil Marin

Secretário: Dr. José Emanuel Lopes Fernandes

FISCAL ÚNICO

Efetivo: UHY – A. PAREDES E ASSOCIADOS, SROC, Lda., representada por Manuel Luís Fernandes Branco, ROC n.º 652

Suplente: António Tavares da Costa Oliveira, ROC n.º 656.

PRINCIPAIS ELEMENTOS CURRICULARES DE CADA UM DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: Licenciada em Organização e Administração de Empresas, em 1987, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa. Programa Avançado de Gestão para Executivo, Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais, da Universidade Católica, em 1995. Quadro Superior da Electricidade dos Açores, S.A. desde 1987, onde exerceu as funções de Chefe de Serviço de Plano e Informação de Gestão, de 1993 a 1998; Diretora da Direção de Serviços Comercial e de Controlo de Gestão do Centro de Exploração da ilha de São Miguel, de janeiro de 1999 a novembro de 2000; Diretora da Direção Planeamento de Redes e Análise de Investimentos, de novembro a dezembro de 2000. Adjunta do Secretário Regional da Economia, do VIII Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2000 a dezembro de 2004; Representante da Região Autónoma dos Açores, no Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de junho de 2002 a novembro de 2009; Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Economia do IX Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2004 a novembro de 2008; Assessora do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A., de novembro de 2008 a março de 2009; Vogal do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A. de abril de 2009 a março de 2012. Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A., de maio de 2011 à data. Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2011 à data. Presidente do Conselho Administração da Norma Açores, S.A., de março de 2012 à data. Vogal do Conselho de Administração da GLOBALEDA, S.A. de abril de 2012 a dezembro de 2015 e Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA, S.A., desde então à data.

Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz Licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores, ramo Telecomunicações e Electrónica pelo Instituto Superior Técnico, no ano lectivo de 1992 / 93. Mestrado em Eng^a. Electrotécnica e de Computadores, pelo Instituto Superior Técnico (Electrónica e Automação Industrial), no ano letivo de 1996/97. Em Maio de 97 foi nomeado Diretor do Gabinete de Novos Negócios na EDA, S.A. Em Abril de 98 foi nomeado Diretor Geral da Empresa Globaleda, SA; Em Janeiro de 2000 foi nomeado Administrador Delegado da ONIAÇORES, SA; Em Março de 2002 foi nomeado Administrador Delegado da Globaleda, SA, acumulando a Direcção Técnica da Empresa; Em 1993/94 ingressou na Universidade dos Açores, onde é assistente convidado no Departamento de Ciências Tecnológicas e Desenvolvimento; Foi Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros; Presidente da ACIST- Associação Empresarial de Comunicações de Portugal.

Pedro Daniel Melo Leite: Licenciado em Matemática/Informática, pela Universidade dos Açores, em 2001. Quadro técnico, Programador Informático da Globaleda a partir de 2000, tendo passado a Quadro Superior a partir de 2001. Entre 2004 e 2008 passou a exercer as funções de Coordenador de Área Técnica na Globaleda. Entre 2002 e 2006 exerceu as funções de Docência na Universidade dos Açores, como assistente convidado. De 2009 a 2013, exerceu o cargo de Diretor na Novabase Atlântico. Entre 2014 e 2015 assumiu a Coordenação do Serviço de Projetos e Consultoria da Globaleda. Em dezembro de 2015, foi nomeado Vogal do Conselho de Administração da Globaleda, que exerce à data.

Atualmente exerce as funções de Vogal da Direção do Instituto Cultural Padre João José Tavares, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Geral do Centro Sócio-Cultural de São Pedro e Secretário da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa.

CARGOS OCUPADOS PELOS ADMINISTRADORES NOUTRAS EMPRESAS

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: Administradora da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.; Administradora da EDA RENOVAVEIS, S. A. e Presidente do Conselho de Administração da NORMA AÇORES, S. A.

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 14 de agosto de 2015, a Assembleia Geral determinou para o mandato 2015/17 que a componente fixa da remuneração mensal do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Executivo, seja no mesmo valor, ou seja de € 5.269,05, sujeita a reduções remuneratórias, quando legalmente aplicável. Deliberou ainda que a sociedade suporte os encargos decorrentes de benefícios sociais estabelecidos no quadro de origem. Posteriormente, aquando da recomposição do Conselho de Administração, em 12 de janeiro de 2016, a Assembleia Geral deliberou aprovar que a sociedade continue a remunerar as funções executivas, tal como aconteceu no mandato anterior e determinar que a componente fixa da remuneração mensal do novo Administrador Executivo seja igual à que vinha sendo praticada para esse cargo. Não foram fixadas remunerações para a Presidente do Conselho de Administração, nem para os membros da Assembleia Geral, que não são remunerados.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA GLOBALEDA¹

Presidente	- €
Administrador	95 643,92 €
Administrador	95 468,20 €

INDICAÇÃO DO NÚMERO DE REUNIÕES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO COM REFERÊNCIA SUCINTA ÀS MATÉRIAS VERSADAS

O Conselho de Administração de acordo com o n.º 1 do art. 18.º do estatuto reunirá com a periodicidade que ele próprio determinar. Durante o ano de 2016, o Conselho de Administração realizou 13 reuniões para deliberar sobre os assuntos relativos à gestão corrente da sociedade. As matérias versadas respeitaram, principalmente, à definição e acompanhamento da execução do Plano Estratégico e do Orçamento da empresa, feita pela apreciação das contas mensais, com desagregação de resultados por cada uma das áreas de negócio e pela apreciação e aprovação dos orçamentos de tesouraria, bem como à aprovação da proposta de Relatório e Contas do ano 2015 e Proposta de Plano Plurianual e do Orçamento para 2017.

Em março, foram designados os administradores Paulo Moniz e Pedro Leite para integrar a lista como Presidente da Direção Efetivo e Suplente, respetivamente, para o triénio 2016/19 da ACIST - Associação Empresarial de Comunicações de Portugal. Em novembro, foi aprovada a alienação à ONITELECOM – Infocomunicações, S.A., da única ação nominativa de que a Globaleda é titular no capital social da ONIAÇORES - INFOCOMUNICAÇÕES, S.A., nos termos da minuta de contrato de compra e venda de ações também aprovada nesta reunião.

Para cada reunião do Conselho de Administração foi elaborada uma ata com as deliberações relativas aos assuntos tratados

¹ Remunerações e Outros Encargos,



**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

Senhores acionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 28 de março de 2017



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 4.638.547 euros e um total de capital próprio de 1.927.357 euros, incluindo um resultado líquido de 505.564 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

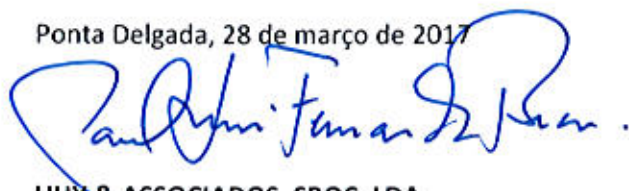
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 28 de março de 2017



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)



Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 4.638.547 euros e um total de capital próprio de 1.927.357 euros, incluindo um resultado líquido de 505.564 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matrikulada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- c) criação e manutenção de um sistema de controle interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

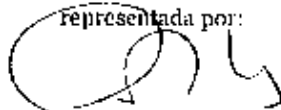
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

31 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.